

Questões de Gênero e Violências na Escola: uma revisão de literatura

Gender Issues and Violence in School: a literature review

Cuestiones de Género y Violencia en la Escuela: una revisión de la literatura

Recebido: 24/02/2022 | Revisado: 04/03/2022 | Aceito: 10/03/2022 | Publicado: 18/03/2022

Adriana da Silva Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5878-0850>
Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
E-mail: adrianadias93@gmail.com

Márcia Cristina Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6736-697X>
Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
E-mail: marciacrisgomes@hotmail.com

Maria José Santos Rabelo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5512-0232>
Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
E-mail: mariajosesrabelo@gmail.com

Resumo

Este artigo é um convite às reflexões sobre as múltiplas faces das violências de gênero nos diversos espaços da sociedade. Partimos de que as concepções essencialistas naturalizam e justificam as diferenças entre os sujeitos, as quais têm sido ingredientes para as várias manifestações desse fenômeno, como nos espaços formais de ensino. Desse modo, o objetivo principal desse artigo pauta-se em analisar as violências de gênero a partir de pesquisas publicadas em artigos científicos por meio da base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (SCIELO) no período de 2012 - 2021. A presente pesquisa é de cunho bibliográfico e fez uso da revisão de literatura, cujos dados foram analisados mediante abordagem qualitativa. Na construção do trabalho utilizamos critérios de seleção para as publicações analisadas, tais como, questão norteadora, descritores (violência, gênero e escola), artigos com texto completo na íntegra no idioma português com pressupostos teóricos metodológicos bibliográficos e de campo, nas diversas áreas temáticas, publicados no período citado anteriormente, inseridos em periódicos de *qualis* A e B. Nos resultados constatamos que as violências de gênero permeiam as vidas de pessoas no contexto escolar e em outros ambientes, de todas as faixas etárias, independentemente de classe, sexo e raça. Entretanto, os indicadores apresentam maior frequência para os sujeitos com baixos escores econômicos; de cor não-branca (mulheres e homens, heterossexual ou não, de todas as faixas etárias) e baixa escolaridade.

Palavras-chave: Violências; Escola; Desigualdades; Gênero.

Abstract

This article is an invitation to reflect on the multiple faces of gender violence in the various spaces of society. We start from the idea that essentialist conceptions naturalize and justify the differences between those involved, which have been ingredients for the various manifestations of this phenomenon, such as in formal teaching spaces. Thus, the main objective of this article is to analyze gender violence from research published in scientific articles through the database of the Scientific Electronic Online Library (SCIELO) in the period 2012 - 2021. This research is of a bibliographic nature and made use of the literature review, whose data were analyzed using a qualitative approach. In the development of work, we used selection criteria for the publications analyzed, such as, guiding question, descriptors (violence, gender and school), full text articles in Portuguese with theoretical, methodological, bibliographic and field research assumptions, in the different thematic areas, published in the period mentioned above, inserted in journals of *qualis* A and B. In the results, we found that gender violence permeates the lives of people in the school context and in other environments, of all age groups, regardless of class, sex and race. However, the indicators are more frequent for subjects with low economic scores; non-white (women and men, heterosexual or not, of all age groups) and low schooling.

Keywords: Violence; School; Inequalities; Gender.

Resumen

Este artículo es una invitación a reflexionar sobre las múltiples caras de la violencia de género en los diversos espacios de la sociedad. Partimos de la idea de que las concepciones esencialistas naturalizan y justifican las diferencias entre asignaturas, que han sido ingredientes para las diversas manifestaciones de este fenómeno, como en los espacios formales de enseñanza. Así, el objetivo principal de este artículo es analizar la violencia de género a partir de investigaciones publicadas en artículos científicos a través de la base de datos de la Biblioteca Científica

Electrónica en Línea (*SCIELO*) en el período 2012 - 2021. Esta investigación es de carácter bibliográfico y se hizo uso de la revisión de la literatura, cuyos datos fueron analizados con un enfoque cualitativo. En la construcción del trabajo, utilizamos criterios de selección de las publicaciones analizadas, tales como, pregunta orientadora, descriptores (violencia, género y escuela), artículos con texto completo en portugués con presupuestos teóricos metodológicos bibliográficos y de campo, en las diversas áreas temáticas, publicado en el período mencionado anteriormente, insertado en revistas de calidad A y B. En los resultados encontramos que la violencia de género permea la vida de las personas en el contexto escolar y en otros entornos, de todos los grupos de edad, independientemente de la clase, sexo y raza. Sin embargo, los indicadores son más frecuentes para sujetos con bajos puntajes económicos; no blancos (mujeres y hombres, heterosexuales o no, de todos los grupos de edad) y baja escolaridad.

Palabras clave: Violencia; Escuela; Desigualdades; Género.

1. Introdução

O fenômeno da violência na sociedade moderna, inquieta e deixa insegura a população como um todo. Atinge as grandes, médias e pequenas cidades, deixando intranquilos/as aqueles/as que a compõem, situação essa que qualquer pessoa pode assistir ou vivenciar no sentido mais real as múltiplas faces das violências. Os sentimentos de medo e de insegurança gerados pela violência afetam as individualidades humanas e interferem de modo negativo nas construções das suas identidades.

Outro fator preocupante das violências é que, independentemente da forma e frequência com que as pessoas a experienciam, elas geralmente comprometem os aspectos físicos, psíquicos e cognitivos dos sujeitos. No tocante à fase estudantil, estima-se que crianças e adolescentes vítimas desse fenômeno, se mostram desalentadas e com as mais variadas limitações durante o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, salientamos que algumas dessas crianças e adolescentes antes de adentrarem no espaço escolar, já se depararam em algum momento com esse fenômeno em outras instituições que estão inclusos: a família, os grupos de amigos/as ou, até na própria comunidade.

A Unesco (2019) descreve que em grande parte das causas que contribuem para as violências dentro da escola ou fora dela estão as normas sociais e de gênero, além dos fatores contextuais e estruturais mais amplos da sociedade. Precisamente, quase sempre a manifestação da violência e o *bullying* na escola estão relacionados ao gênero da criança ou do/da adolescente e são resultantes das normas sociais estruturantes de desigualdades entre os sujeitos com ênfase no sexo biológico.

Nesse sentido, as assimetrias criadas e naturalizadas entre a masculinidade e a feminilidade têm sido um grande problema nas relações humanas. Mesmo passado o tempo e com todas as características positivas de tempos pós-modernos¹, em que não podemos negar determinados avanços no acesso às informações e conhecimentos, além de conquistas de espaços, ainda assim, a desigualdade de gênero contribui para as diferenças de acesso aos bens e serviços e diferentes formas de coisificação das pessoas.

Nas últimas décadas, temos constatado uma intensificação de estudos referentes a essa temática que contribuem para um aprofundamento das questões de gênero e suas relações com as violências na escola. Desse modo, o objetivo principal desse artigo é analisar as violências de gênero nos diferentes espaços a partir de pesquisas publicadas em artigos científicos por meio da base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (*SCIELO*) no período de 2012 a 2021.

Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no primeiro semestre de 2021. O supracitado trabalho também é reflexo de uma pesquisa de iniciação científica sobre “as violências de gênero na escola” desenvolvida ao longo do ano de 2019 até o primeiro semestre de

¹ A concepção de modernidade em síntese foi delimitada por Bauman (1999) como uma série de movimentos e mudanças que acabaria em transformações redundantes. Dessa forma, as relações humanas, as relações sociais, assim como a ciência e o pensamento na modernidade, eram vistas como aspectos sólidos e duradouros. O que na modernidade aparecia enraizado, por outro lado, o que a pós-modernidade ou modernidade líquida apresenta é totalmente o oposto, e tal evidência se inicia principalmente a partir da Revolução Industrial com a chegada do capitalismo industrial. Entende-se que as relações econômicas são capazes de sobrepor as relações sociais e humanas. As mesmas têm se traduzido de maneira superficial, fluída e fugaz. A fluidez das coisas perpassa as instituições, os fundamentos, os padrões e as rotinas. Na efervescência da individualidade a relação coletiva é pouco duradoura, a constante busca por prazeres da vida nos tornam cada vez mais dinâmicos e fugazes, prevalecendo a imprevisibilidade.

2021 no Programa de Bolsa de Iniciação Científica/PIBIC da Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação/PPG da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Além de constantes articulações com o Grupo de Estudos Questões Educacionais: desigualdade inclusão e diversidade nas perspectivas socioeconômica, étnico-racial e de gênero - GEDDIN/UEMA.

2. Metodologia

Este estudo se configura numa pesquisa bibliográfica com ênfase em revisão de literatura, cujo os dados foram analisados mediante uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2014) os estudos dessa natureza permitem ao pesquisador compreender as representações dos fenômenos gerados a partir das relações humanas em sociedade. Nesta perspectiva, o presente artigo apresenta as principais causas das violências, violências de gênero e violências de gênero na escola, considerando os valores, comportamentos, pensamentos e ações dos sujeitos construídos socialmente.

A pesquisa de cunho bibliográfico de acordo com Gil (2008), concretizada em artigos, livros, revistas, sítios, etc., permitiu-nos um aprofundamento e elaboração do referencial teórico acerca do referido tema a partir dos estudos de Saffioti (1987; 2001; 2004), Fraser (2006), Bandeira (2013), Minayo (2013), Couto (2007; 2012), Auad (2019), Abramovay (2003; 2006), entre outros/as. Além disso, fizemos uso dos informes estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019; 2020), Atlas da Violência (2020), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2015; 2019) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2020).

Conforme Rother (2007), os métodos da revisão de literatura proporcionam-nos uma maior proximidade com um determinado conhecimento por meio de fontes de informações impressas ou eletrônicas para obter resultados, sintetizar ou descrever sobre determinado tema. Sendo assim, neste processo de busca e análise faz-se necessária a proposição de objetivos com ênfase em identificar, selecionar, analisar e apresentar de maneira crítica os conteúdos.

Desse modo, nos critérios de busca, seleção, categorização, inclusão e análise dos estudos de Maia et al., (2012; 2021), Brito e Oliveira (2013), Xavier Filha (2015), Pereira (2016), Dornelas et al., (2017), Villela e Barbosa (2017), Rosário et al. (2017), Saleiro (2017), Gama et al. (2017), Moreira et al., (2018), Oliveira e Fonseca (2019), Ceccon et al. (2020), utilizou-se das respectivas delimitações: questão norteadora, descritores (escola, gênero e escola), artigos com texto completo na íntegra no idioma português com pressupostos teóricos metodológicos bibliográficos e de campo nas diversas áreas temáticas, publicados no período de 2012 – 2021, inseridos em periódicos de *qualis* A e B, na base de dado eletrônica *Scielo*.

O Quadro 1 demonstra a base de dados, termos de buscas, número de artigos gerais, filtros e quantidade de artigos encontrados, excluídos e categorizados.

Quadro 1 - Publicações disponíveis no período de 2012 – 2021 na base de dados, conforme termos de buscas, número de artigos, filtros, resultados e exclusões.

| Base de Dados | Termos de Buscas | Nº de artigos gerais | Filtros | Resultados | Exclusões | Categorizados |
|---------------|----------------------------------|----------------------|----------------------------------------|------------|-----------|---------------|
| <i>Scielo</i> | *Violência *Gênero *Escola | 59 | *Português *Artigos *2012 – 2021 | 18 | 5 | 13 |

Fonte: Autores (2021).

Na inquirição dos estudos apenas com os descritores, obtivemos um quantitativo de 59 (cinquenta e nove) artigos disponibilizados pela plataforma. Após acrescentados os filtros conforme demonstrados no referido quadro, tivemos, portanto, o resultado de 18 (dezoito) artigos. Desse modo, foi realizada a leitura flutuante dos títulos, dos resumos, das palavras-chaves,

introduções e considerações finais dos textos. Sendo assim, não foram analisados aqueles que embora aparecendo na plataforma, estavam fora da temporalidade estabelecida, repetidos, bem como, o conteúdo não ofereceu qualquer relação com a temática.

Neste sentido, posteriormente a leitura completa dos textos, excluiu-se 5 (cinco) produções, desse modo, 13 (treze) foram categorizadas e analisadas. Na sua maioria, tais estudos inserem-se na área temática das Ciências Humanas, assim como, compõem periódicos brasileiros e portugueses. Por outro lado, durante o ano de 2017 consta o maior número de publicações, diferentemente do período de 2014, no qual não se constatou nenhuma produção nesta direção.

A filiação institucional dos/as autores/as brasileiros/as são universidades públicas (estaduais e federais) situadas nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os/as demais são pesquisadores/as de Centros Universitários de Lisboa em Portugal. Além disso, 54,5% dos periódicos são de *qualis*² B e 45,5% A, assim como pertencem às áreas de Psicologia, Educação, Ciências da Saúde Coletiva e Ciências Sociais.

Reiteramos que a abordagem metodológica dos textos é de cunho qualitativo e constituem-se de pesquisas bibliográficas e de campo, tais como: (estudos de caso, análises documentais, relatos de experiências e projetos de extensão). As pesquisas fundamentam-se em analisar e apresentar as frequências das violências de gênero na escola, universidades, e ambientes externos a esses espaços. Constatamos que os partícipes das pesquisas empíricas são crianças, adolescentes e pessoas adultas de diferentes faixas etárias. Confirmamos também que, nos últimos dez anos os/as autores/as colocam suas perspectivas pós-estruturalista em torno dos temas gênero e sexualidade.

As teorias pós-estruturalistas têm buscado romper com a “[...] lógica binária posta na primeira formulação da teoria de gênero, ao enfatizar a diversidade humana, desvinculando o sexo anatômico da identidade de gênero e da orientação sexual” (Moreira et al., 2018, p. 236). Salientamos que tais teorias ajuda-nos a refletir e compreender a diversidade das feminilidades e das masculinidades, uma vez que as relações entre homens (masculino) e mulheres (feminino) pautam-se no modelo binário-heteronormativo, que constantemente sustenta e justifica as diversas práticas de exclusões e violências contra os indivíduos. Desse modo, os/as pesquisadores/as sustentam as discussões dos seus trabalhos nos estudos de Louro (1997; 2000; 2014); Scott (1995); Saffioti (1997; 2004; 2001); Butler, (2017); Foucault (1993; 1995); Bourdieu (2015); Bento (2006) e Couto (2012)³.

3. Resultados e Discussão

3.1 Desigualdade de Gênero e Violências de Gênero

A violência e a desigualdade de gênero se interligam e formam-se de características comuns, pois são históricas, mutáveis, culturais e estruturais. Nessa perspectiva, apesar da desigualdade de gênero compor-se de algumas características permanentes, ela também se reconfigura ao longo do tempo e espaço, uma vez que com as mudanças de geração e transformações sociais, a desigualdade de gênero ainda é latente em quase todas as sociedades. Neste sentido de acordo com Santos e Oliveira (2010, p.12)

Historicamente, identifica-se uma maior apropriação pelos homens do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo mulheres nas relações de dominação, violência e violação dos seus direitos. Poder e visibilidade são construtos históricos, determinados na pelas relações sociais.

² Essa informação foi retirada da Plataforma Sucupira/CAPES, considerando a última avaliação dos periódicos realizada pela plataforma que corresponde ao quadriênio de 2013 – 2016.

³ As teorias dos/as referidos/as autores/as são importantes referências que contribuem para desnaturalizar e historizar as discussões de gênero e sexualidade como forma de diminuir o abismo existentes entre os sujeitos de acordo com a identidade de gênero (cisgênero, heterossexual e LGBTQUIA+) e suas interseccionalidades.

Compreendemos dessa forma, que a construção social do gênero se encontra imbricada num complexo processo estrutural da sociedade e de como as conjunturas se modificam, bem como a dinâmica das lutas de classes, de raça e orientação sexual tendo em vista que os episódios de opressões se acentuam à medida que essas categorias se entrelaçam.

Saffioti (2001) esclarece que as desigualdades baseadas no gênero não é algo isolado ou natural, ou seja, partimos da compreensão de que papéis, posturas e emoções são socialmente construídos. Ao mesmo tempo, constantemente manipulada pelas relações de poder, por isso, em uma categoria de análise mais próxima “[...] não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. Embora o fenômeno não seja exclusivo do Brasil” (Saffioti, 1987, p. 8).

Lembramos que as relações antagônicas são sustentadas nos conceitos androcêntricos e patriarcais. Para Fraser (2006), o androcentrismo é a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade, enquanto desvaloriza aquilo dito de coisas femininas. Por outro lado, Saffioti (2004), escreve que patriarcado é a dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, uma ideologia concedida e legitimada nas mais diversas sociedades. Nesse sentido, à luz das referidas autoras, essas perspectivas no contexto social dão suporte à divisão sexual do trabalho, diferenças no acesso à educação, saúde, assim como garantem as várias faces da violência.

Um estudo recente realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em março de 2020, indica que 90% da população mundial afirma ter algum tipo de preconceito contra as mulheres. O estudo aponta que o preconceito de gênero é evidente entre homens e mulheres e vale ressaltar que os 75 países e territórios considerados equivalem a mais de 80% da população mundial.

A análise revela que, apesar de alguns progressos quanto à igualdade de gênero, mulheres e homens ainda justificam áreas na política, economia, educação, violência doméstica e direitos reprodutivos, baseadas na diferença sexual. Assim como 28% dos entrevistados acham que é justificável um homem agir com violência com sua esposa. No Brasil, 89,5% dos/as entrevistados/as revelaram preconceitos contra as mulheres com predominância na integridade física, em que 77,5% destacam a violência doméstica e direitos reprodutivos (Pnud, 2020).

As violências de gênero estão ancoradas na desigualdade de gênero e inerentes às relações de poder. A violência de gênero em um conceito mais amplo abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Dessa forma, mesmo que não haja nenhuma tentativa de desvio por parte desses seres do prescrito pelas normas sociais, no entanto, o projeto de execução de dominação-exploração da expectativa social “homem” exige que sua capacidade de imposição e mando sejam auxiliados pelo uso da violência (Saffioti, 2001).

A execução de dominação – exploração permeia e atinge as distintas relações, como, esposos/esposas, filhos/filhas, irmãos/irmãs, avôs/avós, sobrinhos/sobrinhas, amigos/amigas e aquelas pessoas fora do ciclo familiar. Saffioti (2001) também destaca que nada impede, mesmo que de modo inusitado que uma mulher se aproprie do uso do poder e acabe praticando aquilo que é visto como algo habitual do sexo oposto. Isso significa dizer que as mulheres não estão isentas e podem praticar episódios de violências contra o marido, companheiro/a, namorado/a, filhos/as, etc.

Muitas mulheres vivem diariamente as múltiplas faces das violências de gênero em todos os lugares. No percurso da escola e trabalho, uso das redes sociais, na maternidade, restrições existentes em cargos políticos, tráfico e prostituição de meninas, naturalização da feminilidade, diferença salarial, estupro e abuso sexual. Assim como o assédio sexual e as inúmeras formas de constrangimento de natureza sexual que elas são submetidas, na rua e transportes públicos, situações essas que têm se constituído motivos de preocupação e se tornado cada vez mais presente no debate público, tais como, a violência na mídia, violência obstétrica, a pornografia, a violência política, a violência estrutural e a violência coletiva (Onubr, 2016).

A política de exposição de coisas pessoais ou íntimas nas redes sociais é tida como um grande problema para as mulheres atualmente. Devido a maior notoriedade que o *WhatsApp*, *Instagram*, *Twitter* e *Facebook* possuem, mulheres que vivem em relacionamentos abusivos e conseguem romper com a relação, passam a viver outros dramas do relacionamento.

Muitas delas são perseguidas pelos ex-companheiros por meio desses mecanismos de comunicação e informação em que eles expõem e perseguem a vítima numa perspectiva de vingança ou não aceitação do término.

Convém ressaltar que a violência doméstica é um fenômeno universal com séculos de história. Foi criada uma cultura que se expressa em usos, costumes, atitudes, negligências e atos de um sujeito sobre o outro. “Indica uma experiência específica centrada na conversão de diferenças e assimetrias em uma relação hierárquica de desigualdade, gerando práticas de dominação, exploração e opressão” (Bandeira, 2013, p. 64). A violência doméstica e violência intrafamiliar na prática se refere ao mesmo problema, pois nesse contexto, o conceito de violência é fruto e consequência das relações (pai, mãe, padrasto, filhos, avós etc). Ambas englobam os conflitos familiares que se transformam em intolerâncias, abusos e opressões (Minayo, 2013).

Entretanto, a violência de gênero ligada diretamente à violência doméstica não vitimiza apenas as mulheres. A violência abarca também os/as filhos/as (crianças e adolescentes) desencadeando traumas psicológicos, tais como, ansiedade, sentimento de culpa, baixa autoestima, medo, depressão, suicídio, medo de ir à escola, dentre outros/as. Sabe-se que crianças e adolescentes ficarão desamparados/as dos genitores e em vulnerabilidade socioeconômicas mais fecundas, além disso, sujeitos a comportamentos agressivos e uso de drogas como objetivo de fuga da realidade vivenciada em casa (Brasil, 2019).

3.2 Aspectos das Violências de Gênero na Escola

No cotidiano da escola permeiam as violências de gênero, apesar de serem desprezadas por muitos profissionais da educação. As construções culturais de gênero se fazem presentes nos diferentes espaços sociais, em particular na família e na escola e são “[...] expressas flagrantemente, por exemplo, na forma como os pais educam e criam diferentemente filhos e filhas e no modo como os professores atuam no mesmo sentido” (Cecchetto et al., 2010, p. 122).

Igualmente como homens e mulheres (crianças, adolescentes, jovens e adultos) podem adentrar no espaço escolar com os vastos reflexos das violências de gênero já vivenciados em algum momento das suas vidas, do mesmo modo tais sujeitos estão propensos a vivenciarem episódios de violências de gênero dentro do espaço escolar. Tal afirmação se faz necessária tendo em vista que a sociedade se constitui do exercício patriarcal imbricada nas relações de poder, nesse sentido, os sujeitos são influenciados pelo arranjo social e suas ações carregam representações e significados de gênero. Em face ao exposto Sousa et al., (2021, p. 10) enfatizam:

A escola é uma esfera social por onde caminha conceitos, valores, crenças, relações, etc. As ações das crianças constituem acontecimentos baseados em suas interações sociais. As crianças imitam o mundo adulto mesmo desconhecendo o significado de suas ações, apenas reproduzem papéis sociais da forma que vivenciam, por meio de brincadeiras e de forma natural. Elas tomam para si a interação social da vida adulta, e a utilizam para validar a organização criada por elas.

Evidenciamos que a linguagem e a forma como se ensina não são totalmente imparciais, estão impregnados de ideologias patriarcais e androcêntricas, as quais contribuem para a formação consistente de conduta de meninos e meninas, de homens e mulheres no espaço escolar. Consequentemente, “as representações sobre o masculino e o feminino, além do sexo dos sujeitos, são utilizadas para organizar as práticas escolares, são, contudo, silenciados nos discursos” (Auad, 2019, p. 30).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2015), a violência de gênero é resultado das normas e estereótipos de gênero e quando relacionada à escola ou em seus arredores, inclui assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física e o *bullying*. Tais violências atingem uma gama de crianças e adolescentes todos os anos e podem resultar em um aumento do absenteísmo, baixo desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão, gravidez e infecções sexualmente transmitidas, como HIV.

Conforme a pesquisa da Unesco (2015), dados apontam que 10% das adolescentes em países de média e baixa renda relataram episódios envolvendo relações sexuais forçadas. Um estudo nos Países Baixos mostrou que 27% dos estudantes já tinham vivenciado assédio sexual infligido pelos funcionários da escola. Uma pesquisa nacional da África do Sul identificou que quase 8% de todas as meninas que frequentam as escolas secundárias já tiveram experiências com agressão sexual grave ou estupro enquanto estavam na escola. Apesar dos estudos revelarem que há uma maior prevalência da violência sexual entre as meninas, os meninos também estão em risco, entretanto, as violências de gênero na escola não se configuram apenas nos países pobres, pelo contrário, é um fenômeno global.

As meninas (adolescentes) estão mais suscetíveis à violência sexual, ao assédio sexual e à exploração, inclusive no ambiente escolar. Entende-se que as meninas são as principais vítimas desses episódios de violências devido às desigualdades dos papéis atribuídos para meninos e meninas no âmbito social. A desigualdade de gênero que sustenta as relações sociais contribui e legitima desde muito cedo diferentes tipos de violências entre homens e mulheres. No ambiente escolar estima-se que 246 (duzentos e quarenta e seis) milhões de meninos e meninas sofrem o *bullying* verbal todos os anos (Unesco, 2015).

Segundo Couto (2012), tais práticas entre os/as estudantes formatam-se de uma gama de linguagens que visa diminuir, desqualificar e ofender diretamente a imagem do/a outro/a. Com o tempo, a frequência do *bullying* verbal reconfigura-se e termina na luta corporal. A violência na escola ultraja-se nas intersecções de três conjuntos “o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o componente comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões)” (Abramovay, 2003, p. 14 apud Couto, 2007, p. 212).

3.3 As múltiplas facetas da violência de gênero: caminhos trilhados pelos/as autores/as

A violência é traduzida em síntese pelos/as autores/as de dez artigos, como uma vontade de exercer no outrem as diversas formas de poder, num estado de coisificação da pessoa-vítima (Xavier Filha, 2015; Brito & Oliveira, 2013; Pereira, 2016; Dornelas et al., 2017; Villela & Barbosa, 2017; Rosário et al., 2017; Gama et al., 2017; Moreira et al. 2018; Oliveira & Fonseca, 2019; Ceccon et al., 2020).

Os escritos de Xavier Filha (2015) colocam a violência como um produto das complexas relações historicamente construídas e multifacetadas em que suas faces envolvem diferentes realidades, valores e sentidos culturais de uma sociedade, fazendo-se presente no contexto familiar, social, econômico, ético, jurídico, político etc. As teorias dos/as autores/as supracitados/as também expressam que conceituar ou tentar entender o fenômeno da violência não é uma tarefa simplista.

Para compreendê-la ou dialogar acerca da sua estrutura em dada sociedade, quase sempre, faz-se necessário considerar os aspectos sócio-históricos. Tais percepções se cruzam com a literatura de Abramovay (2006, p. 54), ao afirmar que a violência “é ressignificada segundo tempos, lugares, relações e percepções, e não se dá somente em atos e práticas materiais. Isso significa dizer que a violência possui conceitos relativos, históricos e mutáveis”.

Dornelas et al., (2016) reforça que a complexa violência social, não ultraja apenas os espaços privados, mas aqueles espaços de domínios públicos, onde seus efeitos perpassam o funcionamento dos contextos institucionalizados, dentre eles, a escola. Explicita também que a violência é um grave problema de saúde pública, de educação e de desrespeito dos direitos humanos.

Por outro lado, Gama et al. (2017) preocupam-se em demonstrar que o fenômeno da violência se perfaz de múltiplas facetas, entre elas encontra-se o “gênero”. Eles evidenciam que o fenômeno da violência é complexo e atravessado de discursos difusos que potencializam sua invisibilidade, ao mesmo tempo que a torna uma realidade em todos os segmentos da sociedade.

Desse modo, voltam suas preocupações para o campo da violência no namoro entre jovens, na Escola Superior de Lisboa, visando mostrar a prevalência dos diferentes tipos de abusos entre pares. Fizeram parte da análise 371 (trezentos e

setenta e um) estudantes, sendo 324 (trezentos e vinte e quatro) do sexo feminino e 47 (quarenta e sete) do sexo masculino. Destacam que, a violência no namoro, devido às desigualdades sociais e de gênero, não está ligada apenas à violência física, mas envolve abusos psicológicos e sexuais. A violência física como aquela que se manifesta por meio de ações agressivas (empurrar, puxar o cabelo, tapear, entre outras); e a violência psicológica seria os comportamentos de humilhar, criticar, desprezar, ameaçar e forçar.

As evidências dos resultados mostram que as violências mais perpetradas nos relacionamentos dos/as estudantes/as são na seguinte ordem: a violência emocional ou verbal (42,4%), seguido de comportamentos ameaçadores (16,8%), violência sexual (10,8%), violência relacional (8,2%) e a violência física (6,6%). A análise também revela que 61,4% das raparigas⁴ e 54% dos rapazes foram culpabilizados/as dos problemas vivenciados com os/as parceiros/as.

Os dados mostram também que 67,6% das raparigas e 53,2% dos rapazes afirmam que o/a parceiro/a se expressou num tom de voz agressivo e mau. Por outro lado, 24,1% das raparigas e 21,3% dos rapazes foram obrigados/as a beijar o/a parceiro/a contra as suas vontades; 11,1% das raparigas e 6,4% dos rapazes foram forçados/as a terem relações sexuais; 7,4% das raparigas e 2,1% dos rapazes foram tocados sexualmente contra a sua vontade (Gama et al., 2017).

A partir da metade do século XX, a violência na sua polifonia “gênero”, foi constituída como um problema social. As teorias investigativas ultrapassam os anos de 1990, tendo contribuições da legislação e prioridades da Organização das Nações Unidas (ONU), pela União Europeia e das diversas ações dos movimentos sociais. Entretanto, apesar das dimensões das violências de gênero terem ultrapassado campos internacionais, em Portugal, pouco se tem percebido as preocupações ou estudos de como esse fenômeno perpassa o Ensino Superior, sobretudo, a violência perpetrada no namoro (Gama et al., 2017).

Em contrapartida, os estudos de Oliveira e Fonseca (2019) preocupam-se em demonstrar como a violência tem se estruturado cada vez mais na sociedade brasileira, com efeito negativo, principalmente na vida da população jovem do país. Para os/as autores/as, no Brasil, os jovens são as principais vítimas de homicídios por violências. No tocante à violência de gênero, utilizam de um estudo de centros urbanos com jovens que revelou que 86,9% deles/as sofreram e 86,8% praticaram algum tipo de violência durante um relacionamento afetivo.

Os apontamentos acerca da violência no Brasil pelos/as referidos/as autores/as, se encontram com os dados do último Atlas da Violência. Nas últimas décadas na sociedade brasileira jovens entre 15 e 29 anos são vítimas de homicídios dolosos. A morte prematura desses indivíduos é um exemplo do lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país. É importante levar em consideração que grande parte das vítimas estão na sua plena capacidade produtiva, período de formação educacional e com perspectivas de construir uma trajetória profissional e familiar (Brasil, 2020).

Os indicadores apontam que em 2017, 23% dos jovens no país não estavam trabalhando ou estudando, culminando com o agravamento da violência e levando-o à mortalidade precoce. Além disso, a pesquisa sinaliza que se faz presente também o aumento da violência letal para grupos específicos, tais como: negros, população LGBTQIA+⁵ e mulheres, no caso de feminicídios (Brasil, 2020).

Na análise de Pereira (2016) sobre as causas das violências afetivas ou conjugais, a autora enfatiza a urgência da quebra do ciclo das violências, a saber, as violências que acontecem no espaço doméstico, onde uma das suas justificativas pode ser entendida na dependência financeira da mulher. Abreu et al., (2011, p. 67) afirmam que os fatores mais comuns de as mulheres permanecerem em situações de violências domésticas são: “o apego afetivo da vítima com o agressor, medo de perder a vida, a dependência financeira e a preocupação com os/as filhos/as”.

⁴ Coloco o termo na sua essência de acordo como os/as autores/as portugueses o utilizam na literatura. Rapariga em Portugal significa moça (mulher / menina).

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e mais.

Lembra-se que a violência de gênero não é um fenômeno de uma classe social e faixa etária específica. Por isso, os diferentes tipos de violências fazem de vítimas mulheres e homens negros/os, brancas/os, ricas/os, pobres, escolarizadas/os, não escolarizadas/s, jovens, adolescentes, adultos/as, idosas/os, etc, embora os indicadores apontam precisamente as pessoas negras, pobres e do sexo feminino como as principais vítimas dos diferentes tipos de violências na sociedade. Daí a importância de compreender e refletir sobre as facetas da violência pelo viés da interseccionalidade (Onubr, 2016).

No tocante as vítimas de mortes violentas no Brasil, os indicadores mostram que os números superiores de morte têm cor, gênero e classe. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência (2020) durante o período de 2019 foram registradas 1.326 (mil e trezentos e vinte e seis) vítimas de feminicídio, elevação de 7,1% comparado ao ano anterior.

Desses indicadores, 66,6 % das vítimas eram mulheres negras, 56,2% tinham entre 20 e 39 anos e 89,9% das vítimas foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro. No intervalo entre 2017 – 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios das mulheres não negras, com as mulheres negras o percentual de redução foi de 7,2%. Nesse sentido, 68% das mulheres assassinadas em 2018 eram pessoas negras.

No que se refere às mortes violentas contra crianças e adolescentes, 91% são do sexo masculino e 75% são pessoas negras. Os adolescentes do sexo masculino entre 15 e 19 anos representam 83% das vítimas dos crimes que terminam em morte. Assim como em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras sobrepõe o número de vítimas brancas. Foram registradas 66.123 (sessenta e seis mil, cento e vinte e três) vítimas de estupro⁶ e estupro de vulnerável⁷, 1 estupro a cada 8 minutos, 57,9% das vítimas tinham no máximo 13 anos e 85,7% das vítimas são do sexo feminino (Brasil, 2020).

Por outro lado, os estudos de Villela e Barbosa (2017) se debruçam sobre as discussões das violências de gênero afetivas-sexuais. Colocam suas preocupações na aquisição da infecção pelo HIV/Aids, que muitas vezes acontece na dinâmica das relações abusivas entre os pares, sob a ótica da análise dos resultados de uma pesquisa desenvolvida com mulheres na idade entre 18 e 39 anos nas cidades de Belém, São Paulo, Ribeirão Preto, Goiânia, Recife e Pelotas.

As referidas autoras citam que as histórias acerca da infecção são permeadas de relatos de amor, de pressão dos parceiros por sexo e sem uso do preservativo, como, a desinformação sobre o HIV/Aids, integrada na falta de informações sobre sexualidade, seja no interior da família ou nos serviços de saúde. O não uso do preservativo é justificado por elas sob a perspectiva da relação estável, a não percepção do risco ou até mesmo a rejeição e a dificuldade do uso junto a um parceiro eventual.

Muitas mulheres entrevistadas relataram episódios de violências intrafamiliar, as quais falam sobre as experiências de terem visto o espancamento da mãe pelo pai durante a infância, ou a própria mulher em algum momento afirma que vivenciou atos violentos pelos responsáveis. Nesta trajetória, há também os relatos da presença da violência sexual, seja pelos familiares, conhecidos e desconhecidos, no período da infância, da adolescência ou na idade adulta (Villela & Barbosa, 2017).

Além disso, a infecção do HIV/Aids no contexto feminino se inscreve na dimensão da desigualdade de gênero e de exclusão social. Envolve também fatores morais, culturais e religiosos. O perfil dessas vítimas tem como pilar a vulnerabilidade socioeconômica, a baixa escolaridade, a precária inserção no mercado de trabalho e contextos engendrados na violência em diversas fases da vida. As principais combinatórias de cunho de intervenções para as amplas desigualdades sociais e de gênero começam a partir de informações corretas sobre o HIV/Aids, ações educativas em sexualidade nas escolas e fora delas, assim como o enfrentamento da violência de gênero, dentre outros/as, que podem contribuir na prevenção à infecção de HIV/Aids (Villela & Barbosa, 2017).

⁶ Segundo o Código Penal - Art.213 o estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (Brasil, 2009).

⁷ Art. 217. Do Código Penal o Estupro de Vulnerável é ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos (Brasil, 2009).

Os escritos de Villela e Barbosa (2017) em relação às violências de gênero e a infecção do HIV/Aids, se entrelaçam com as articulações de Ceccon et al. (2020). Para os/as autores/as, a presença do patriarcado nas sociedades de países periféricos é o estopim para que mulheres sofram maior exclusão social e de gênero, ao mesmo tempo que as expõem com maior frequência à aquisição da doença, assim como tais exclusões ficam mais fecundas após o adoecimento.

Notamos que o referido estudo, também dialoga com os de Villela e Barbosa no tocante ao perfil das vítimas que vivem nas categorias de subalternidade e foram infectadas pela rejeição dos métodos contraceptivos pelos parceiros. Essas percepções são oriundas de entrevistas com 61 mulheres vítimas das violências de gênero cadastradas em um Serviço Especializado em HIV/Aids de um município no interior do Rio Grande do Sul no ano de 2013.

As narrativas das entrevistadas evidenciaram as expectativas do feminino marcadas pelas relações desiguais de poder, que perpassam uma sociedade de classes, racista e patriarcal. As participantes da pesquisa relataram terem vivido violações de direitos ao longo da vida, a saber, acesso à escola, trabalho, serviços de saúde e segurança. A maioria delas narram que viveram agressões físicas e sexuais durante a infância no meio familiar. Na vida adulta continuaram sofrendo abusos psicológicos, físicos, sexuais e patrimoniais, exercidos pela figura masculina (pais, irmãos, namorados, maridos, companheiros, patrões ou cafetões) (Ceccon et al., 2020).

Em contrapartida, os resultados de uma análise documental de Moreira et al., (2018), traz à tona a problematização do termo “gênero” ligado apenas às violências de homens contra as mulheres (heteronormativo, lógica binária). A análise é feita em dois documentos norteadores: a política nacional de enfrentamento à violência contra às mulheres e a Resolução n.º 002/2008 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, que normatiza o uso do nome social nas escolas municipais para as pessoas travestis e transexuais.

As narrativas dos/as autores descrevem suas inquietações acerca do corpo sexuado e de caráter sexista em torno do “gênero”, em trechos dos documentos supracitados, o que torna as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, sinônimo de violências contra às mulheres (cisgênero)⁸, o que acaba gerando tensões no atendimento de serviços públicos destinados às mulheres vítimas de violências, quando essas mulheres não são intrínsecas ao feminino heterossexual.

As mulheres travestis e transexuais, muitas vezes, continuam não sendo reconhecidas como mulheres em diversos estabelecimentos e sofrem diferentes episódios de discriminações em muitos espaços sejam eles educacionais, profissionais, saúde, segurança, dentre outros/as. Louro (1997) escreve que a latente relação das identidades humanas pelo corpo sexuado é notadamente um construto social, a qual nele é despejado estereótipos, preconceitos e discriminações. Por outro lado, Ferreira (2011) salienta que as ações de discriminações a qualquer ser humano em determinados espaços são, sobretudo, a negação de Direitos Humanos, o que deve ser encarado como um grave problema social.

4. Considerações Finais

Durante a construção deste estudo, constatamos que as faces das violências atingem todos os espaços do campo social, assim como, essa é um fenômeno cultural e estrutural, configura-se em aspectos sócio – históricos, a legitimidade dada aos seus conceitos e implementações são intrínsecos às relações de poder socialmente construídas.

Nesta direção, as desigualdades estabelecidas nas diferenças percebidas entre os sexos, quase sempre têm sido suporte para as manifestações de violências de gênero. Outro fator plausível de destaque, é que apesar da violência abranger qualquer pessoa no contexto social, os indicadores apresentam maior frequência para os sujeitos com baixos escores econômicos; de cor não-branca (mulheres e homens, heterossexual ou não, de todas as faixas etárias) e baixa escolaridade.

⁸ Pessoas que se identificam com o sexo designado desde o nascimento, na sua identidade de gênero. As pessoas não-cisgênero são as que não se identificam com o gênero lhe determinado, tais como, transgênero ou trans (Jesus, 2012).

No tocante a relação intrínseca entre a desigualdade de gênero, violência e escola, a literatura aponta que tais manifestações se fazem presentes em todos os segmentos da organização escolar, ou seja, desde às práticas mais sutis ou inconscientes dos sujeitos que produzem e reproduzem preconceitos, estereótipos e discriminações, às práticas mais extremas, as quais envolvem a violência física, violência psicológica, violência simbólica e o *bullying/cyberbullying*.

Vale ressaltar que independentemente do papel de atuação dos indivíduos nas práticas violentas, bem como, agressor/a, passivo/a e observador/a, lembra-se que a violência compromete de modo negativo a vida das pessoas. Dentre os reflexos negativos desse fenômeno entre crianças, adolescentes, homens e mulheres, (heterossexual e LGBTQIA+), estão: a depressão, o baixo desempenho nas tarefas diárias e da escola, a baixo autoestima, a evasão escolar, as doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e pensamentos ou atos suicidas.

Evidenciamos que os artigos revisados neste estudo, apontam que os reflexos das violências de gênero ultrapassam os muros da escola e, geralmente, não é imparcial nesse processo, tendo em vista que na escola perpassam os modelos de gênero para meninos e meninas. Além disso, os sujeitos que desde muito cedo não correspondem às expectativas corporais e atitudinais heteronormativas (masculinidade e feminilidade) vivenciam entraves de acesso e permanência nesse espaço.

Com isso, sujeitos transexuais, travestis e transgêneros são simbolicamente desmotivados na escola por meio das práticas pedagógicas e educativas ou até mesmo nas relações poucas afetivas com os/as colegas de turma. A desistência dessas pessoas da carreira estudantil, acaba excluindo – as de acesso a outros direitos básicos de todo ser humano, a qual está a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, no sistema de saúde e à segurança pública.

Outras questões oportunas de destaque é o fato de como a escola se posiciona frente aquilo que considera fora da “normalidade” adotada pelo social. Quais estratégias ela tem proporcionado para relações equânimes das diferentes manifestações de identidades de meninos e meninas. Infelizmente, a coexistência da valorização de um modelo pré-determinado do “eu-ser” corrobora desde o currículo maior até o espaço da escola, para as diferentes formas de ensino e aprendizagem, além de diferentes acolhimentos, sobretudo, a pouca demonstração de afetividade para aquilo que fogem às regras do visto como certo. E, até hoje, ainda permuta os entraves em inserir devidamente às temáticas de gênero e sexualidade no currículo oficial da Educação Básica.

Portanto, esperamos uma escola que desnaturalize a desigualdade de gênero nas suas práticas, refletida explicitamente na sociedade. Como já exposto no decorrer deste trabalho, a sociedade influencia atitudes dos sujeitos desde a infância, enquanto a escola reproduz os pensamentos e atitudes, tornando-se mais difícil romper esses paradigmas. Nesse sentido, são necessárias ações pedagógicas que lutem contra preconceitos de gênero acerca dos seus partícipes, ao mesmo tempo que ela seja um ambiente mais inclusivo, que respeite e valorize as diferenças como uma forma de prevenção às violências de gênero que comprometem a dignidade humana.

Desse modo, salientamos que se faz necessário a persistência na construção do conhecimento científico acerca das violências de gênero na escola e em espaços externos a ela. Nesta direção, objetivamos dar continuidade no presente estudo em programa de Pós – Graduação como uma forma de ampliação de saberes e contribuição nas discussões acerca da temática no âmbito educacional.

Referências

- Abramovay, M. et al. (2006). Cotidiano das escolas: entre violências. *Observatório de Violência*. UNESCO. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000179.pdf>
- Abramovay, M. (2003). *Violências nas escolas: versão resumida*. Brasília. UNESCO. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000093.pdf>
- Auad, D. (2019). *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. Editora Contexto.
- Abreu, M. A. A. et al. (2011). Igualdade de gênero e políticas públicas. In: Schiavinatto, F. (Ed.) *Sistema de indicadores de percepção social*. Brasília. Ipea. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3097/1/Livro_Sistema.pdf

- Bandeira, L. (2013). A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: Venturi, G. & Godinho, T. (org.) *Mulheres Brasileiras e gêneros nos espaços públicos e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP. 63 – 78. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/937208/pdf>
- Bauman, Z. (1999). *O mal-estar da pós-modernidade*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Brasil. (2020). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro. *Atlas da Violência*. <https://www.ipea.gov.br>
- Brasil. (2019). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <http://www.forumseguranca.org.br>
- Brasil. (2020). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br>
- Brito, C. C., & Oliveira, M. T. (2013). Bullying e auto estima em adolescentes de escolas públicas. *Jornal de Pediatria*, 89 (6), 601-607 (ISSN 0021-7557). <https://doi.org/10.1016/j.jped.2013.04.001>
- Couto, M. A. S. (2007). Violências e representações de gênero no cotidiano escolar. *Scientia Plena*, 3 (5), 1-9.
- Ceccon, R. F., Meneghe, S. N., & Iniguez-Rueda, L. (2020). Vidas nuas: mulheres com HIV/aids em situação de violência de gênero. *Saúde e Sociedade*, 29 (4), 1-12. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902020170575>
- Cecchetto, F., Ribeiro, F. M. L., & Oliveira, Q. B. M. (2010). Gênero e Sexualidade e Raça: dimensões da violência no contexto escolar. In: Assis, S. G. et al., (org.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro. Fiocruz. <https://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-07.pdf>
- Couto, M. A. S. (2012). *Violência e gênero no cotidiano escolar*. Editora Ufs.
- Dornelas, R., et al. (2017). Situações de violência na escola e a voz do professor. *Codas*, 9 (4), 1-4. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-1782/20172017053>
- Ferreira, S. A. (2011). *Percepções das identidades sociais de raça/etnia e gênero na escola: vozes de professoras e alunos/as*. 128. (Dissertação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel. <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2517/1/susana.pdf>.
- Fraser, N. (2006). Da redistribuição ao conhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 15 (14-15), 231-239. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>
- Gama, A., Verissimo, A., & Tomas, C. (2017). Violência no Namoro na Escola Superior de Educação de Lisboa. *Ex - aequo*, 1 (36), 77-98. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.05>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Jesus, J.G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Eda/Fbn. <https://www.dive.sc.gov.br/conteudos/agrivos/publicacoes>
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Minayo, M.C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2013). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: Njaine, K., Assis, S. G., & Constantino, P. (Org.). *Impactos da Violência na Saúde*. EAD/ENSP. <https://static.scielo.org/scielobooks/7yzrw/pdf/njaine-9788575415887.pdf>
- Moreira, M. I. C. et al. (2018). Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. *Factal: Revista de Psicologia*, 30 (2), 234-242. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5545>
- Oliveira, R. N. G. de., & Fonseca, R. M. G. S. da. (2019). Amor e violência em jogo: descortinando as relações afetivo-sexuais entre jovens a luz de gênero. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, 23 (1), 1-16. <https://doi.org/10.1590/interface.180354>
- Oliveira, L., & Santos, S. M. de M. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Katálisis*, 13 (1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>
- Onubr. (2016). *Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*. <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>
- Pereira, A. C. (2016). Todas as histórias de violências doméstica se assemelham: o olhar e arte como dispositivos libertadores. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Educação*, 39 (2), 81-98. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201626>
- Pnud. (2020). *Perspectivas de Desenvolvimento Humano em 2020, combate às normas sociais: uma mudança de jogo nas desigualdades de gênero*. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/dia-internacional-da-mulher-2020.html>
- Rosário, A. C., Candeias, A., & Melo, M. (2017). Violência entre pares na adolescência: um estudo com estudantes no início e no final do 3º ciclo do ensino básico. *Psicologia*, 31 (2) 57-68. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v31i2.1153>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x Revisão narrativa. *Acta paul*, 20 (2), 1-2. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do Macho*. Moderna.

Sousa, A. M. et al. (2021). Questão de Gênero na Escola e a Influência da Sociedade. In: Oliveira, M. S. *Cultura da Infância desde o século XIII, as relações sociais na escola, a influência da sociedade nos gêneros e os procedimentos de pesquisa e análise*, 1-25. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/questao-genero-na-escola-influencia-sociedade.htm>.

Unesco. (2015). *Violência de gênero em escolas impede milhões de alcançar potencial acadêmico*. <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/unesco-violencia-de-genero-em-escolas-impede-milhoes-de-alcancar-potencial-academico/>

Unesco. (2019). *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*. Brasília. Unesco. <https://prceu.usp.br/repositorio/violencia-escolar-e-bullying-relatorio-sobre-a-situacao-mundial/>.

Villela, W. V., & Barbosa, R. M. (2017). Trajetórias de mulheres vivendo com HIV/aids no Brasil. Avanços e permanências da resposta a epidemia. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22 (1), 87-96. <https://doi.org/10.1590/141381232017221.14222016>

Xavier Filha, C. (2015). Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças. *Educação e Pesquisa*, 41, 1569-1583. <https://doi.org/10.1590/S151797022015082229>